

Antônio Conselheiro à luz do Direito

O historiador José Calasans quer ajuda dos advogados para esclarecer aspectos jurídicos relacionados com a Guerra de Canudos.

Antônio Conselheiro teria ou não participado das desordens ocorridas em 1893, na cidade de Soure, atual Nova Soure - e se participou, como se dizia, porque não foi denunciado e pronunciado, a exemplo de outras pessoas? Esta é uma questão que o bacharel em direito, professor universitário e historiador José Calasans está submetendo à comunidade jurídica da Bahia na esperança de obter um esclarecimento à luz da lei e dos interesses políticos da época.

José Calasans apresentou essa e outras questões jurídicas relacionadas com Canudos e o Conselheiro em recente conferência que pronunciou no auditório da OAB-BA, dentro da programação do lançamento do livro "O Trem-Terra", escrito pelo escritor Oleone Coelho Fontes. O foco histórico do livro é o coronel Moreira Cesar, o controvertido chefe, morto em combate, de uma das expedições militares enviadas contra Canudos.

TABULETAS

Sobe o episódio de Soure, Calasans explicou que provavelmente o Conselheiro não participou diretamente das manifestações, que incluíram a depredação de umas tabuletas, fixadas na frente da Prefeitura, com a transcrição de algumas leis do código municipal de posturas. Apenas teria concordado com as manifestações encabeçadas por um cidadão local, José Honorato de Souza Neto,



Calasans: Conselheiro empenhou égua pequena

descontente porque perdeu as eleições para o coronel Francisco Dantas.

José Honorato foi indiciado e pronunciado na comarca local, sediada em Itapicuru, mas seu advogado o livrou da prisão mediante habeas corpus preventivo impetrado em Salvador, no Tribunal de Recursos do Estado.

A sentença, com um voto discordante, considerou, com base em informações e documentos lidos" que um impedimento legal "inibiu" o juiz da Comarca de Itapicuru, Soure e Pombal, Reginaldo Alves de Melo, de julgar o processo.

Calasans quer que os autos sejam avaliados pela comunidade jurídica para saber até que ponto o juiz

estaria realmente impedido, ou a concessão do *habeas corpus* resultou do interesse político de um influente conselheiro do Tribunal, Luiz Viana, que depois seria governador.

O historiador leu o texto da sentença do Tribunal, no qual "consegue a impetrada ordem para que o impetrante não possa ser preso" porque o "formador de culpa" - ou seja o juiz de Itapicuru - "tinha impedimento legal que o inibia de funcionar em semelhante processo, sendo um dos ofendidos por ocasião da rebelião".

Luiz Viana teria interesse em livrar José Honorato da prisão porque o inimigo deste em Canudos, o coronel Francisco Dantas,

era gente do poderoso Barão de Jeremoabo, adversário dele, Viana. Pronunciamentos de J. J. Seabra e do deputado Leovigildo Filgueiras reforçariam essa tese.

O deputado Leovigildo Filgueiras disse publicamente que Luís Viana não se interessou em condenar José Honorato porque havia uma luta política entre ele e o Barão de Jeremoabo, que era o chefe político de Chico Dantas.

A outra indagação era se o Conselheiro mereceria ou não ser citado pelo juiz. Segundo o Barão de Jeremoabo, deveria, pois até os índios de Rodelas, que o acompanhavam, participaram da revolta. Euclides da Cunha também atribuiu ao Conselheiro a ação de quebrar as tabuletas só que errou o nome do lugar - chamou de Bom Conselho, em vez de Soure.

ÉGUA PEQUENA

Há também a ação proposta por Paulo Marques Fontes, que foi juiz seccional da Bahia, pleiteando indenização porque a tropa da quarta expedição do Exército enviada contra o Conselheiro abateu bois e ovelhas na região, e assim teria causado um grande e sério problema à sua família.

O advogado que postulou vitoriosamente em nome da família do juiz foi Vital Henrique Batista Soares, mais tarde governador da Bahia e vice presidente da República. O mesmo teria sido postulado em nome das famílias pro-

prietárias das fazendas Cocorobó, Pouso de Cima e Canudos.

Para Calasans, com base em um documento dos autos que chegou às suas mãos, o interessante é que Vital Soares declara que a ação não era por causa de prejuízos causados por jagunços do Conselheiro, pois eles respeitavam a propriedade, não abatiam uma ré sequer. "Foi realmente o Exército, necessitando de alimentação, quem causou o prejuízo".

Há também evidências de uma ação proposta contra Antônio Conselheiro que resultou na penhora dos bens oferecidos por ele: um chapéu coco e uma égua pequena. "Esses documentos foram aparecendo no decorrer do tempo" esclarece José Calasans. Permitem reconstituir a vida de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro.

Ao Conselheiro era atribuída "uma lenda aterrorizadora", como disse Euclides da Cunha em *Os Sertões* - o crime de assassinar em seu estado mãe e esposa e fugir para a Bahia. Por isso chegou a ser preso pela polícia da Bahia e recambiado para o Ceará. Mas logo voltou. O juiz da comarca de Quixeramobim, sua cidade natal, o soltou. Hoje, lembra Calasans, a historiografia comprova que a mãe morreu quando ele tinha cinco anos. "Como é que ele teria cometido esse assassinato?" Na Bahia é que inventaram a história. Sua prisão hoje, à luz dos direitos humanos, seria lamentável.

Três desequilibrados em Canudos

Um é Moreira César, os outros, o próprio Antônio Conselheiro, e o escritor Euclides da Cunha.

Em *O Treme Terra*, livro que é encontrado na livraria da OAB, Oleone Coelho Fontes conta a história do coronel Antônio Moreira César, o curioso chefe da terceira expedição contra Canudos, onde foi ferido mortalmente na barriga quando, à cavalo, seguia inconseqüentemente para a frente da batalha, para encorajar os seus 1.300 soldados. Morreria 12 horas depois, na madrugada de 4 de março de 1897, bradando contra a retirada, na verdade uma fuga, decidida pela maioria dos oficiais. Mandou que constasse em ata que se saísse vivo, em protesto contra a covardia, pedia exoneração do Exército. Seu cadáver foi abandonado aos revoltosos, durante a desbandada.

Moreira César, que tinha fama de valente, crises de fúria e de epilep-



César: epilepsia e violência

sia, é apontado por alguns historiadores como um dos três desequilibrados mentais da história de Canudos. Os outros são o próprio

Antônio Conselheiro e o escritor Euclides da Cunha, o celebrado autor de *Os Sertões*.

Na Bahia, em fins de 1891, quando era comandante do Nono Batalhão de Infantaria, esse paulista de Pindamonhangaba envolveu-se na derrubada do primeiro governador constitucional do Estado, José Gonçalves da Silva. Atendeu assim determinação do presidente Floriano Peixoto, que concordou com a sedição local liderada pelo deputado federal César Zama.

No ano seguinte, no Rio, em Niterói, também na condição de comandante do batalhão de infantaria local, Moreira César participa de um episódio parecido com o da Bahia: ajuda a reconduzir o governador José Tomaz de Perciúncula ao posto e dissolve a força pública que havia aclamado Francisco

Portela, que já havia sido destituído do mesmo cargo. Assim como o governador deposto da Bahia, Portela era seguidor do Marechal Deodoro, que havia renunciado à Presidência.

Em 1894, armado de poderes discricionários e 500 soldados, é enviado pelo vingativo Floriano Peixoto para a ilha do Desterro, atual Florianópolis, para promover o “ajuste de contas” com os federalistas, que depois de sangrentas lutas haviam sido derrotados pelos republicanos. Prisões e fuzilamentos sumários de militares e civis, em represália à crueldade federalista perpetrada pelos guerrilheiros do derrotado Gumercindo Saraiva, que degolava os prisioneiros, foram a marca de Moreira César à frente do governo de Santa Catarina.

Antes de ir para Santa Catarina

havia se destacado na luta contra os revoltosos da Armada, rebelião promovida por unidades da Marinha enciumadas com o prestígio do Exército. Teria traçado os planos dos bens desfechados ataques contra a ilha de Villegaignon e outros sítios do Rio de Janeiro, até então ferozmente defendidos. A partir desse episódio passou a ser o preferido de Floriano para missões militares.

A controvertida história de Moreira César, que era filho ilegítimo de um padre com uma moça solteira e cunhada do seu irmão, começou entretanto bem antes, em 1883. Naquele ano, quando era capitão, participou no Rio do linchamento de Apulcro de Castro, editor de *O Corsário*, jornal panfletário que ofendia grosseiramente o imperador e o Exército.